



PARECER PRÉVIO Nº 21/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10196/2013.

Aposos: Processo nº 10145/2012, 10081/2013, 10082/2013, 10083/2013 e 10063/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Anamã

4- Exercício: 2013

5- Responsável: Jecimar Pinheiro Matos (Prefeito Municipal)

6- Unidade Técnica:

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4131/2016-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Anamã. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que acolheu o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 9.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Anamã a desaprovação** das contas anuais do Sr. Jecimar Pinheiro Matos, Prefeito de Anamã, no exercício de 2012, e **determina o cumprimento do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas**, especialmente quanto ao prazo de sessenta dias para o julgamento das Contas do Prefeito, contados da publicação no DOE do presente Parecer Prévio.

10- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de Abril de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.



PARECER PRÉVIO Nº 21/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida,
Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº21/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10196/2013.

Aposos: Processo nº 10145/2012, 10081/2013, 10082/2013, 10083/2013 e 10063/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Anamã

4- Exercício: 2013

5- Responsável: JECIMAR PINHEIRO MATOS (Ordenador de Despesa)

6- Unidade Técnica: DICAMI

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4131/2016-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Anamã. Exercício de 2013.

Irregularidade. Multa. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que acolheu o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Anamã, exercício de 2012, sob a **responsabilidade do Senhor Jecimar Pinheiro Matos**, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;
- 9.2. Aplicar Multa** ao **Senhor Jecimar Pinheiro Matos**, responsável pela Prefeitura Municipal de Anamã, exercício de 2012, no valor de **R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos)**, sendo o valor de **R\$ 1.096,03 por cada mês de atraso uma vez que a impropriedade foi constatada nos 12 (doze) meses do exercício de 2012**, com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pela inobservância dos prazos regulamentares para remessa ao Tribunal, por meio informatizado dos registros analíticos, **nos meses de janeiro a dezembro/2012; o valor deve** ser recolhido na esfera estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pelas



ACÓRDÃO Nº21/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 (trinta) dias.

- 9.3. Aplicar Multa ao Senhor Jecimar Pinheiro Matos**, responsável pela Prefeitura Municipal de Anamã, exercício de 2012, no **valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, por todas as infrações às normas legais e/ou regulamentares apontadas no bojo da presente Proposta de Voto e que serão descritas abaixo; o valor deve ser recolhido na esfera estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 (trinta) dias.

a) Violação aos artigos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos no ato da celebração da Carta-Contrato n. 006/2012, da Carta- Contrato n. 025/2012, da Carta-Contrato n. 039/2012, da Carta- Contrato n. 040/2012, da Carta-Contrato n. 041/2012, da Carta-Contrato n. 043/2012, da Carta-Contrato n. 046/2012 e da Carta-Contrato n. 047/2012 (**Art. 67, § 1º, da Lei 8.666/93**);

b) Violação aos artigos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos no ato da celebração da Carta-Contrato n. 006/2012, da Carta- Contrato n. 025/2012, da Carta-Contrato n. 039/2012, da Carta- Contrato n. 040/2012, da Carta-Contrato n. 041/2012, da Carta-Contrato n. 043/2012, da Carta-Contrato n. 046/2012 e da Carta-Contrato n. 048/2012 (**Art. 7º, art. 21, art. 38, art. 43, art. 60 e art. 61, da Lei n.º 8.666/1993**);

c) Violação aos artigos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos no ato da celebração da Carta-Contrato n. 006/2012, da Carta- Contrato n. 039/2012 e da Carta-Contrato n. 046/2012 (**Arts. 62 e 63 da Lei n.º 4.320/1964 e art. 55, § 3º e art. 65, II, "c" da Lei n.º 8.666/1993**);

d) Violação ao art. 1º, 2º e 3º da Lei n. 6.496/1977 c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Resolução n.º 425/1998 do CONFEA, bem como do **art. 9º, da Lei 8.666/1993**, em vista da ausência de ART de responsável técnico pela execução da obra no curso da Carta-Contrato n. 006/2012, da Carta-Contrato n. 025/2012, da Carta- Contrato n. 039/2012, da Carta-Contrato n. 040/2012, da Carta-Contrato n. 041/2012, da Carta-Contrato n. 043/2012, da Carta-Contrato n. 046/2012, da Carta-Contrato n. 047/2012 e da Carta-



ACÓRDÃO Nº21/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

Contrato n. 048/2012;

e) **Violação aos dispositivos da Resolução n. 07/2002 – TCE/AM**, em vista da ausência de preenchimento e/ou preenchimento incorreto dos campos existentes no Sistema ACP/Captura;

f) **Violação ao artigo 70, da Constituição Federal/88**, uma vez que não observou a adoção das condutas necessárias para a implantação de um Sistema de Controle Interno, tal como delineado nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;

g) **Violação dos dispositivos da Resolução n. 16/2009**, uma vez que não observou o preenchimento e/ou preenchimento incompleto dos dados necessários a alimentar o Sistema SAP;

h) **Violação aos artigos 94 a 96, da Lei nº 4.320/64**, uma vez que não foi encontrado nenhum e nem mesmo registro sintético desses;

i) **Violação aos ditames da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei n. 8.666/93**, quando apresentou a Carta-Contrato nº 020/2013 e a Carta-Contrato nº 009/2013 sem identificar nenhum elemento referente ao Ajuste firmado, não apresentou registros fotográficos, notas de empenho (com os registros dos quantitativos e a destinação dos itens adquiridos - requisição de materiais, 2ª via de ficha de controle de saída de almoxarifado, etc) e as notas fiscais;

j) **Violação ao disposto na Resolução n. 15/2013 – TCE/AM** em vista da divergência entre os valores existentes na Prestação de Contas e os lançados no Sistema GEFIS;

k) **Violação ao preceito contido no art. 164, § 3º, da Constituição Federal c/c o art. 156, § 1º, da Constituição do Estado do Amazonas, e, ainda, c/c o art. 43 da Lei n. 101/2000 – LRF**, em vista da permanência de recurso em caixa no final do exercício financeiro;

l) **Violação ao preceito contido no art. 29-A, § 2º, Inciso II, da Constituição Federal**, uma vez que o repasse ao Poder Legislativo ocorreu após a data limite estipulada no sobredito artigo, durante os meses de fevereiro, abril, agosto e outubro, conforme demonstra a Listagem dos Repasses Concedidos ao Poder Legislativo - Exercício Financeiro de 2013;

m) **Violação ao preceito contido no art. 31, art. 70 e art.**



ACÓRDÃO Nº21/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

74, da Constituição Federal, uma vez que não observou a adoção das condutas necessárias para a implantação de um Sistema de Controle Interno adequado;

n) **Violação aos artigos 94 a 96, da Lei nº 4.320/64**, uma vez que não foi encontrado nenhum e nem mesmo registro sintético desses;

o) **Violação ao artigo 63, §1º, da Lei n. 101/2000**, uma vez que não observou o prazo para publicação do Relatório de Gestão Fiscal

p) **Violação à disposição constante no artigo 9º, da Lei n. 12.527/2011**, por não ter criado um serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas na forma exigida pela Lei n. 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação;

q) **Violação ao artigo 38, inciso VII, da Lei n. 8.666/93**, diante da ausência do Ato de Adjudicação e Homologação dos Convites n.ºs. 35 e 36/2012;

r) **Violação ao art. 7º, inciso I e §2º, inciso I e II, da Lei n. 8.666/93**, uma vez que não houve apresentação do Projeto Básico no Convite n. 35/2012;

s) **Violação ao art. 27, inciso IV e ao art. 29, inciso V, da Lei n.º 8.666/1993**, diante da ausência de Certidão Negativa de Débito Trabalhista na Tomada de Preço nº 01/2012.

9.4. Determinar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações impostas ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

9.5. Determinar ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos, Prefeito de Anamã à época, a adoção das seguintes medidas:

a) Observância das disposições contidas no artigo 31, art. 70 e art. 74 da Constituição Federal, a fim de adotar as ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno (caso ainda não tenha efetivamente implementado), em obediência aos comandos constitucionais e legais;

b) Observância das disposições contidas nos artigos 94 a 96, da Lei nº 4.320/64, realizando o controle de materiais em estoque no almoxarifado e registro sintético dos mesmos, a fim de evitar a reincidência deste tipo de



ACÓRDÃO Nº21/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/ 2017 – TCE – Tribunal Pleno)

situação;

c) Adote todas as providências para criar um serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas na forma exigida pela Lei n. 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação;

d) Adote todas as providências necessárias para criação de uma Procuradoria Jurídica, para fins de defesa dos interesses do órgão fiscalizado, em vista da ausência de Procuradores Municipais e advogados no quadro efetivo daquele Município, devendo, ainda, contratar, por meio de concurso público, profissionais especializados que possam atuar nas demandas jurídicas de interesse da Prefeitura de Anamã, exercendo a advocacia pública naquela municipalidade.

10- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de Abril de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral